

JUVENTUDE E PROJETO POPULAR PARA A EDUCAÇÃO¹.

Guilherme Ribeiro Miranda dos Santos²

Julia Louzada³

A atual conjuntura política, econômica e social do Brasil coloca para os lutadores e as lutadoras do povo um dos maiores desafios da história da nossa nação: o de resolver a grave crise de destino pela qual nosso país passa. Essa crise de destino tem início ainda no golpe militar de 1964, perpassando pela incompleta redemocratização do país em 1985 e pelos anos de neoliberalismo da década de 1990, tendo como característica principal a ausência da participação popular das estruturas de governo e decisão, a privatização dos direitos sociais e o enfraquecimento da soberania nacional por meio da entrega do Estado aos agentes do capital rentista. Em suma, a ausência de um projeto de nação.

O governo democrático-popular liderado pelo Partido dos Trabalhadores avançou na construção de um projeto de soberania nacional e de fortalecimento da participação do Estado na área social. Entretanto, por enfrentar timidamente os nossos problemas históricos como a questão agrária, urbana, educacional, segurança pública e outras demandas sociais, além da ofensiva sabotadora do imperialismo norte-americano no plano geopolítico, acabou sucumbindo a um golpe no ano de 2016 liderado por setores que historicamente puxaram o Brasil pra trás: a mídia, o poder judiciário, a bancada do Boi, da Bíblia, da Bala e dos Bancos do legislativo e setores do próprio poder executivo em conluio com a burguesia externa.

O resultado deste bem arquitetado e famigerado golpe é que a crise de destino do nosso país se aprofundou ainda mais. Impondo uma agenda extremamente feroz contra o povo, o (des)governo Temer resgatou a agenda econômica neoliberal e tem desmontado de uma maneira nunca antes vista na história as estruturas do Estado nacional: o plano de privatizações praticamente entrega de mãos beijadas ao capital internacional setores estratégicos, como Petróleo, Mineração e Energia; as reformas trabalhista e previdenciária

¹ Texto elaborado coletivamente como parte das reflexões que o movimento social Levante Popular da Juventude tem feito acerca das temáticas Educação e Juventude. Responsável pela equipe nacional de Movimento Estudantil: Júlia Louzada. Contato: 32-99110-3709. E-mail: juliaslouzada@gmail.com.

² Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

³ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia



Secretaria Executiva do FNPE

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763
www.fnpe.com.br / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>

aniquilam fisicamente a classe trabalhadora; e a Emenda dos Gastos (EC 95/2016) sela de vez o compromisso de Temer com os rentistas e seu deboche com o povo brasileiro.

No atual momento de crise sócio-política e de destino, o debate de projetos para a educação ganha centralidade, uma vez que as forças ideologicamente antagônicas se expressam com maior visibilidade na sociedade e estas disputas de concepções de mundo podem ganhar contornos de ruptura – conforme enfatizou a tese “Ocupa UNE” do Levante Popular da Juventude para o 55º CONUNE/2017. De forma muito visível, as ideias conservadoras têm ganhado eco não só em relação às concepções educacionais, como também nas mais diversas áreas sociais, seja nas esferas dos poderes institucionais, seja nas ruas.

Não é novidade o pacote de destruição das políticas educacionais dos governos democrático-populares (2003-2016) empreendidas por Michel Temer e Mendonça Filho. Desde que o golpismo assumiu, temos visto uma escalada de ataques: o desmonte da SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão), do programa “Brasil Alfabetizado”, do Pronera, do PIBID e do Ciências sem fronteiras; a reforma autoritária do Ensino Médio; a aprovação da base nacional comum curricular; a não-implantação do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi), a intervenção autoritária no Fórum Nacional de Educação e na Conferência Nacional de Educação (que acabaram por culminar na importantíssima articulação do Fórum Nacional Popular de Educação), além dos ataques desmedidos aos investimentos na educação⁴.

Contribuem para o desmonte da Educação a atuação de diversos setores do golpismo, como a rede Globo e suas parceiras golpistas (Folha, Estadão, etc.) em franca campanha pela cobrança de mensalidades nas universidades públicas⁵; o poder judiciário que atacou a laicidade do Estado ao permitir que escolas públicas promovessem uma crença de determinada religião em sala de aula⁶; o Ministério Público Federal e a Polícia Federal que

⁴ CRAIDE, Sabrina. **LDO retira prioridade para cumprimento do Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-08/ldo-retira-prioridade-para-cumprimento-do-plano-nacional-de-educacao>

⁵ O Globo. Editorial. **Crise força o fim do injusto ensino superior gratuito**. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/opiniao/crise-forca-fim-do-injusto-ensino-superior-gratuito-19768461>.

⁶ STF. **STF conclui julgamento sobre ensino religioso nas escolas públicas**. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=357099>.



Secretaria Executiva do FNPE

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763
www.fnpe.com.br / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>

com todo seu autoritarismo tem ferido a autonomia das universidades federais e foram os grandes responsáveis pelo suicídio do reitor da UFSC, Luiz Carlos Cancellier; as instituições representantes dos setores privados, como Instituto Unibanco, Fundação Ayrton Senna e Fundação Natura, que agem como principais lobistas da financeirização da educação no Congresso Nacional; e os movimentos direitistas, como o MBL e o Escola “Sem Partido”, que têm atuado fortemente contra a liberdade de ensino e o saber científico.

Chama atenção a tarefa que os setores golpistas do poder legislativo têm empreendido. São inúmeros projetos de lei que visam a esvaziar o conteúdo progressista da Educação brasileira, como o próprio projeto de lei da Escola “Sem Partido”, a proibição da discussão sobre gênero e sexualidade nas escolas, as propostas de privatização das universidades públicas e de isenção de cobranças de impostos das universidades privadas e a concordância fiel com o descalabro de Temer, cumprindo o papel de ratificar seus projetos de lei, de emendas provisórias e de emendas constitucionais.

Quando tratamos do Plano Nacional de Educação (2014-2024) não é difícil perceber que suas metas estão sob forte risco de não serem cumpridas. Aliás, em seus quase quatro anos de aprovação uma série de metas já deixou de ser cumpridas⁷. A Emenda 95/2016 fere de “morte” a concretização da destinação de 10% do PIB para a educação prevista na meta 20 do PNE 2014-2024⁸, sem contar o risco que correm o Fundo Social do petróleo do pré-sal e os Royalties da exploração do petróleo para a educação e saúde com o projeto de desmonte da Petrobras e os leilões da bacia do pré-sal.

O PNE 2014-2024 representa no atual momento conjuntural o que de mais avançado se tem no que diz respeito à política pública e planejamento da Educação brasileira. A morte do PNE por asfixia financeira significa um país que não quer expandir vagas na educação básica nem na superior, que não quer formação, qualificação e valorização de professores e professoras, que não quer promover a acessibilidade, inclusão e gestão democrática, que não quer, enfim, extirpar o analfabetismo que persiste em existir no século XXI.

⁷ Observatório do PNE. **3 anos de plano nacional de Educação**. Jun. 2017. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/673/documento-referencia.pdf>

⁸ AMARAL, Nelson Cardoso. **Com a PEC 241/55 (EC 95) haverá prioridade para cumprir as metas do PNE (2014-2024)?** In: Revista Brasileira de Educação, v. 22, n. 71, 2017.



Em contraposição aos projetos conservadores, agitamos e construímos o que chamamos de Projeto Popular para a Educação: um conjunto de formulações e reivindicações históricas do povo brasileiro que vão desde a busca por uma educação e um ensino público gratuito, obrigatório, universal e laico, ao reconhecimento de outras concepções de educação e cultura política (como a educação não-formal dos movimentos sociais), ao combate à elitização do ensino superior (como a conquista das Cotas e o programa de assistência estudantil), à garantia das fontes de recursos e a democratização e transparência na gestão escolar, dentre outros fundamentos.

A luta política empreendida pelas ocupações nas escolas e universidades entre 2015/2016, além dos incontáveis protestos após a aprovação da Emenda Constitucional do “Teto dos Gastos” colocaram em destaque a questão/disputa do ensino público e do privado no país e o debate do financiamento da Educação. A Educação nunca deixou de ser pauta de diálogos e debates do povo brasileiro, porém o que nos falta é força social organizada para fazer frente ao (des)governo Temer e retomar/avançar as políticas sociais das gestões democrático-populares.

Neste cenário catastrófico é que o ano de 2018 se coloca como crucial para as forças populares. Não é porque se trata de um ano de eleições, as quais prometem ser as mais disputadas da história, mas porque a conjuntura política se acirrou de tal forma que se tornou muito mais nítido para o povo brasileiro perceber a quem interessa o atual projeto conservador no poder. As forças progressistas têm em suas mãos uma oportunidade única de acirrar essas contradições e avançar na organização popular.

O Levante Popular da Juventude tem apontado a construção do Programa Popular da Juventude, que é uma plataforma que busca compreender os interesses anseios da juventude brasileira, as causas dos diversos problemas que nos levam à estagnação social e à morte e construir as saídas para a concretização de um Projeto de Vida e de organização popular. E a luta pela Educação se coloca como uma de suas principais bandeiras nessa tarefa. É preciso **Ocupar a Educação** para defender nossa democracia e fortalecer as organizações e frentes de movimentos, partidos e sindicatos, ampliar o debate social sobre que educação básica queremos e quais os currículos mais adequados para nossa realidade, reformar e democratizar o acesso ao ensino superior, valorizar a carreira docente, eliminar o



Secretaria Executiva do FNPE

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763
www.fnpe.com.br / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>

analfabetismo e compreender a Educação como um setor estratégico da soberania nacional. É preciso “Fazer da Escola uma base para o povo tomar o poder”⁹.

Evidentemente que a construção de um Projeto de País, portanto resolver a crise de destino pela qual passamos não se faz a poucas mãos, tampouco da noite para o dia. Por isso é crucial que as forças progressistas atuantes na sociedade constituam espaços de articulação, enfrentamento e **unidade**, como o Fórum Nacional Popular de Educação, a Frente Brasil Popular e o Congresso do Povo. Por compreender que o golpismo precisa se legitimar nas urnas; que a escalada de violência contra as forças progressistas tem aumentado, escancarando o autoritarismo do golpismo; por permanecer no ideário popular mesmo após a perseguição desmedida da mídia e do judiciário e por ser o candidato que reúne as melhores condições para contrapor ao golpismo, apontamos a luta contra a inabilitação e a **eleição de Lula** como o centro da tática da luta de classes deste e dos próximos anos. Só o enfrentamento social é capaz de ressuscitar o PNE 2014-2024 e a Educação brasileira em si, e não temos dúvida de que cabe à juventude organizada um papel fundamental nesta tarefa!

⁹ Título do livro do revolucionário Samora Machel, escrito durante o processo revolucionário do Moçambique, em 1979.

